Autógrafo 24/2012 - 1

AUTÓGRAFO N.º 24/2012

Projeto de Lei n.º 24/2012-E

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FINANCEIRO À EMPRESA CALÇADOS BOTTERO LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Art. 1.º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) à empresa CALÇADOS BOTTERO LTDA, inscrita no CNPJ 90.312.133/0010-87.
- § 1.º O incentivo concedido por esta Lei destina-se, única e exclusivamente, ao ressarcimento da implantação de infraestrutura e construção de prédio industrial no terreno doado pelo Poder Público através da Lei n.º 1.842, de 13 de dezembro de 2011,
- § 2.º O incentivo previsto no "caput" do artigo 1.º, será amortizado em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento da 1.ª parcela em 10 de fevereiro de 2013 e as demais, sucessivamente, no dia 10 de cada mês.
- Art. 2.º Em contrapartida ao investimento público, a empresa beneficiada deverá permanecer instalada no Município pelo prazo mínimo de 10(dez) anos, com a geração de empregos e renda e na arrecadação do ICMS.
- § 1.º Em caso do não cumprimento da obrigação prevista no "caput" deste artigo por parte da empresa, esta deverá ressarcir o Município do valor recebido, acrescido de correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% (um por cento) ao mês.
- § 2.º A devolução deverá ocorrer no mesmo prazo previsto no § 2.º do artigo 1.º da presente Lei, a contar do encerramento das atividades ou transferência de domicílio, comprovada por ato formal, junto ao setor tributário do Município.
- Art. 3.º O incentivo financeiro de que trata a presente Lei é concedido com amparo no inciso X, artigo 3.º da Lei n.º 1625, de 23 de novembro de 2005, alterada pela Lei nº 1.831 de 04 de outubro de 2011.
- Art. 4.º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

1079 – Fomento à Industrialização

4.4.60.41.0001-00 – Contribuições (1970)

Recurso 0001 – LIVRE

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agudo, 16 de outubro de 2012.

Ver. Paulo Unfer Presidente